



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.
CNPJ – 46.223.723/0001-50



PROJETO DE LEI N.º 12/2025, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2.025.

"Dispõe sobre a instituição do programa municipal 'Recomeçar', destinado ao atendimento coletivo de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de grupos reflexivos, com foco na conscientização, reeducação e prevenção da reincidência, no âmbito do Município de Taguaí, que especifica, e dá outras providências".

ÉDER CARLOS FOGACA DA CRUZ, Prefeito do Município de Taguaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em especial, com fulcro no disposto do inciso I do artigo 67, da Lei Orgânica Municipal, R E S O L V E apresentar o seguinte

PROJETO DE LEI:

Artigo 1º Fica instituído o âmbito do município de Taguaí, estado de São Paulo, o programa "Recomeçar", vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de promover a reflexão, a conscientização, a recuperação e a reeducação de autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 1º. O programa será desenvolvido por meio de ações em grupos de apoio reflexivo, com o objetivo de proporcionar aos participantes a adoção de uma nova conduta de vida, prevenindo a reincidência das práticas violentas criminosas e contribuindo para a construção de uma realidade mais adequada, segura e equilibrada para todas as partes envolvidas.

§2º. O programa de que trata o caput deste artigo será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e executado pelo serviço de Proteção Social Especial atrelado à rede de proteção social na Política de Assistência Social.

§3º. A execução do programa poderá também ser realizada em parceria com representantes de instituições públicas ou privadas, órgãos públicos das mais diversas áreas, Secretarias, Conselhos de Direitos, associações e entidades.

§ 4º. Poderão ser estabelecidos procedimentos complementares para a regular implantação, controle, acompanhamento e fiscalização do programa "Recomeçar", conforme as diretrizes previstas na presente Lei.



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.
CNPJ – 46.223.723/0001-50



Artigo 2º O programa "Recomeçar" terá como objetivos específicos:

- I - promover a reflexão acerca do comportamento dos autores de violência contra a mulher;
- II - estimular a reflexão a respeito das relações de poder e seus significados;
- III - conscientizar os autores de violência sobre a cultura de violência contra as mulheres;
- IV - promover um ambiente reflexivo que favoreça a construção de alternativas à violência para a resolução de problemas e conflitos familiares;
- V - promover um espaço de escuta, acolhimento e orientação;
- VI - discutir a Lei Maria da Penha no contexto da violência doméstica e familiar;
- VII - evitar a reincidência em atos e crimes que caracterizem violência contra a mulher;
- VIII - promover a integração entre Município, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil para discutir as questões relativas ao tema, visando sempre o enfrentamento à violência praticada contra a mulher;
- IX - promover a ressignificação de valores intrínsecos na sociedade no que diz respeito à sobreposição, dominação e poder do homem sobre a mulher;
- X - promover a ressocialização, de modo a melhorar os relacionamentos familiares e profissionais.

Artigo 3º O programa "Recomeçar" será executado a partir das seguintes diretrizes:

- I - a reflexão, a conscientização, a recuperação e a reeducação de autores de violência, tendo como parâmetro a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006;
- II - a transformação e rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação;
- III - a desconstrução da cultura do machismo;
- IV - o combate à violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica;
- V - a participação do Poder Judiciário no encaminhamento dos autores de violência praticada contra a mulher, no âmbito da violência doméstica e familiar para comparecimento obrigatório a programas de recuperação e reeducação.

Artigo 4º Esta Lei se aplica aos homens que estejam condenados pelo cometimento de crimes que caracterizem e sejam tipificados como atos de violência doméstica

**Praça: Expedicionário Antonio Romano de Oliveira nº 44 – Tel / Fax (14) 3386-9040
CEP. 18.890-091 – Taguaí – S.P. E-Mail: gabinete@taguai.sp.gov.br – www.taguai.sp.gov.br**



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.
CNPJ – 46.223.723/0001-50



e familiar contra a mulher, no contexto da Lei Maria da Penha - Lei Federal nº 11.340, de 2006 -, e que sejam encaminhados pelo Poder Judiciário desta Comarca após as devidas e pertinentes verificações.

§ 1º. Não poderão participar do Programa aqueles que estejam com sua liberdade cerceada.

§ 2º. Serão excluídos do Programa aqueles que, durante a participação no grupo reflexivo, apresentem comportamentos inadequados constatados pela equipe executora.

Artigo 5º O programa "Recomeçar" será composto e realizado por meio de:

I - grupo reflexivo promovido por profissionais habilitados para desempenhar esse papel;

II - palestras expositivas ministradas por convidados com notório conhecimento sobre os temas abordados.

Artigo 6º Serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta dias) contados da publicação da presente Lei, a periodicidade, a metodologia, a capacidade de atendimento, a duração e a forma de execução do programa "Recomeçar", apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social por meio de plano de trabalho.

Artigo 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taguaí,
em 04 de dezembro de 2025.


ÉDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
- Prefeito Municipal -



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confeções.
CNPJ – 46.223.723/0001-50



JUSTIFICATIVA

Exma. Sra. Presidente,
Nobres Srs. Vereadores.

A presente propositura tem por finalidade instituir em nosso município o programa "Recomeçar", de natureza reflexiva, para homens condenados em decorrência de infrações vedadas pela Lei 'Maria da Pena'.

Esse programa têm uma importância fundamental no combate à violência doméstica, funcionando como uma ferramenta essencial de intervenção, responsabilização e prevenção da reincidência.

A relevância desses programas reside em vários aspectos, tais como:

a) Redução da Reincidência: Estudos e experiências práticas mostram que esses grupos contribuem significativamente para a diminuição dos casos de reincidência de violência contra mulheres.

b) Conscientização e Mudança de Comportamento: O principal objetivo é promover a conscientização dos participantes sobre a gravidade de seus atos e as raízes da violência, que muitas vezes estão ligadas a padrões culturais de masculinidade e relações de poder. Os grupos incentivam a reflexão sobre esses comportamentos e a necessidade de mudança.

c) Responsabilização: Os homens são levados a assumir a responsabilidade por suas ações, em vez de culpar as vítimas ou o contexto social. O ambiente do grupo, com a supervisão de profissionais e a troca de experiências entre pares, facilita essa responsabilização.

d) Reeducação e Suporte Psicossocial: Os programas oferecem um espaço seguro para que os homens discutam suas emoções, medos e dificuldades, promovendo o desenvolvimento de habilidades de comunicação não-violenta e controle emocional.

**Praça: Expedicionário Antonio Romano de Oliveira nº 44 – Tel / Fax (14) 3386-9040
CEP. 18.890-091 – Taguaí – S.P. E-Mail: gabinete@taguai.sp.gov.br – www.taguai.sp.gov.br**



MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Taguaí: Capital das Confecções.
CNPJ – 46.223.723/0001-50



Quando necessário, os participantes podem ser encaminhados para atendimento psicoterápico individual ou outros serviços de suporte.

e) Cumprimento da Lei: A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), alterada pela Lei nº 13.984/2020, prevê a frequência do agressor a programas de recuperação e reeducação como uma das medidas protetivas de urgência ou como condição para cumprimento de pena em regime aberto. A participação nesses grupos é, portanto, uma exigência legal.

f) Ressocialização e Prevenção a Longo Prazo: Ao trabalhar as causas subjacentes da violência, esses programas visam não apenas interromper o ciclo de agressão imediato, mas também promover uma reintegração social cidadã e a construção de relacionamentos mais saudáveis e igualitários no futuro.

Em suma, o programa "Recomeçar" são cruciais para que a Lei Maria da Penha cumpra seu papel não apenas punitivo, mas também **preventivo e educativo**, ao abordar diretamente o autor da violência e buscar a transformação de comportamentos arraigados, portanto, rogamos pela compreensão de Vossas Excelência em analisar o projeto e aprová-lo.

Prefeitura Municipal de Taguaí,
em 04 de dezembro de 2.025.


EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ
- Prefeito Municipal -